

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR UM ESTUDO DO SEU HISTÓRICO E APLICABILIDADE NA EDUCAÇÃO

Thamara Júlia Santos Lopes Oliveira (1); Nádia Maria Jorge Medeiros Silva (4)

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, thamara.lopes@hotmail.com,
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, nadia.jorge@ufvjm.edu.br

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma revisão de literatura sobre as Políticas Públicas e educacionais no contexto histórico do Programa Nacional de Educação Alimentar (PNAE), de modo a conhecer o real funcionamento do programa por meio das pesquisas realizadas pelo Brasil. A abordagem das Políticas Públicas se deu através da sua origem, até a sua efetivação no Brasil, dentre os diversos modelos teóricos para explicar e representar a organização e criação de uma política. Há poucos estudos que abordam os impactos do PNAE no contexto de sala de aula, no desenvolvimento dos alunos que recebem uma alimentação de qualidade e voltada para o desenvolvimento educacional. Estudos sobre o PNAE, especificamente na região do Vale do Jequitinhonha são ainda mais escassos nesse sentido. Conclui-se que o adequado funcionamento do PNAE reflete em inúmeros benefícios, conforme observado em diversas escolas do Brasil e existe a necessidade do aumento das pesquisas com foco para o campo da educação.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Alimentação Saudável, Educação.

Introdução

A alimentação escolar é um tema importante no âmbito das Instituições Educacionais. Um estudante que tem uma alimentação equilibrada e com produtos de qualidade tende a ter um melhor aproveitamento do conteúdo que é ensinado em sala de aula, proporcionando um maior aprendizado (SILVA e RIBEIRO, 2016, p.13).

Por isso, políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assume um importante papel, tendo como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar, nutricional e da oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009), por consequência, contribui com a permanência do educando na escola, aumenta o índice de desenvolvimento dos alunos em sala de aula e exerce um papel social e motivacional para a agricultura familiar, gerando emprego, renda e reduzindo a migração do homem do campo para as zonas urbanas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos mais duradouros. Carvalho e Castro (2009, p.6) destacam que desde 2000, a alimentação escolar passou a ser entendida como uma política de atendimento ao direito do aluno receber o alimento durante sua permanência na escola, em face das necessidades de seu metabolismo e conforme as suas características fisiológicas. Diante de tantos benefícios proporcionado pelo programa surgiu-

se o questionamento de como o PNAE é efetivamente nas regiões do Brasil até chegar a Diamantina-MG no contexto dos estudos já realizados.

Material e Métodos

O presente estudo bibliográfico, desenvolvido por meio de revisão de literatura, metodologia que permite incluir literatura teórica e empírica, bem como estudos com diferentes abordagens. Gil (2008, p.46) “considera que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”. Ferrão e Ferrão (2012, p. 102), “descrevem que as fontes de documento para esse tipo de pesquisa são retiradas dos arquivos públicos e arquivos particulares”.

A busca dos estudos na base de dados percorreu um caminho onde o início se deu nas Políticas Públicas, Políticas Educacionais, breve históricas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Repasses Financeiros para o PNAE, Kcal para cada faixa etária escolar e tempo na instituição de ensino de acordo com a resolução nº 28 de julho de 2013. Estudos feitos pelo Brasil sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar até chegar à importâncias de Pesquisar o PNAE no contexto da Educação.

Os critérios adotados para a seleção dos estudos foram: Teses, dissertações, artigo científico, relato de experiência do período de 1955 a 2018, em português, disponível online em texto completo de acesso livre, nas plataformas, periódicos Capes, Scielo, acervo de (Teses e Dissertações) das universidades, plataforma Scopus, Google Acadêmico. Para a escolha o objetivo do estudo encontrado tinha que estar relacionado ao objeto deste estudo. Os critérios de exclusão adotados foram: Não ter ligação com as temáticas citadas à cima. A coleta de dados ocorreu em Junho de 2016, sendo inicialmente selecionados:

Tabela 1: Estudos Para A Realização do Trabalho

Leituras Selecionadas Para O Estudo Bibliográfico	
Pré-Selecionados Para Analise	
Teses	25
Dissertações	39
Artigos	80

Fonte: Próprio autor

Resultados e Discussão

A busca bibliográfica ajuda entender as origens das políticas públicas como área de conhecimento ocorreu nos Estados Unidos em meados do século XX, sendo que esta pode ser considerada uma área multidisciplinar. De acordo com Souza e Brandalise (2011, p.1), “os estudos referentes à ação dos governos se transformaram em área de conhecimento e disciplina acadêmica, diferente da tradição européia, que realizava estudos e pesquisas sobre o papel do Estado e suas instituições”.

No Brasil, o início efetivo dos estudos relacionados às políticas públicas se deu no final dos anos 1970 (HOCHMAN, 2007, p.13). Teixeira (2002, p. 2) “conceitua as políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Do ponto de vista de Rua (2012, p.2):

Uma política pública, geralmente, envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

As Políticas Públicas são muito importantes para tornar o Estado democrático, como é de direito a todos que vivem em uma sociedade. É fundamental entender como se constrói todo o processo pelo qual a política passa. As Políticas Públicas Educacionais, geralmente, são as leis que norteiam a educação. “Fazem parte das decisões que o Poder Público, representado pelo Estado, toma em relação à educação. Trata, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira, implica examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro (SAVIANI, 2008, p.7)”.

Na visão de Perroni (2008, p.7), “as políticas atuais têm a avaliação como indutora da qualidade, naquela perspectiva de que o Estado deve ser o avaliador, o coordenador e não mais o executor”. Ainda, seguindo a linha de pensamento do autor, o movimento de centralização/descentralização da atual política educacional, no qual é descentralizado o financiamento e centralizado o controle, é parte da proposta de redefinição do papel do Estado, como pode ser constatado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PERONI, 1990). O Estado é quem fica responsável de arcar com os custos das políticas educacionais para a sua elaboração.

“As políticas públicas devem ser entendidas como o “Estado em Ação”, ou seja, a implantação do projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores

específicos da sociedade (HÖFLING, 2001, p. 32)”. Dentre as diversas políticas públicas educacionais, podemos citar o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como uma das mais antigas e relevantes para a população, sendo temática muito debatida em vários cenários da educação brasileira. Os focos dessa política variam desde a diversidade de alimentos ofertados na merenda escolar até a importância desse tipo de programa na melhoria e qualidade de vida de agricultores familiares, em função do avanço socioeconômico das famílias envolvidas no processo de venda direta para as escolas e demais instituições educacionais.

Nesse sentido, faz-se importante apresentar um breve histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para contextualizar seu surgimento, bem como frisar a importância que esta política pública educacional apresentou ao longo de todos esses anos em que vem sendo executada no país.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos mais duradouros. O debate sobre esta política pública começou na década de 40, quando o Instituto de Nutrição (atual FNDE) defendia a proposta relacionada à necessidade de o Governo Federal oferecer alimentação escolar. Nesse momento, o mesmo apenas acompanhava o andamento e os resultados dessa iniciativa, mas não participava financeiramente. Na opinião de Alves Junior (2012, p.14):

“a alimentação escolar deve ser adequada em termos de quantidade e qualidade, considerando a cultura alimentar local. Isso é importante, pois, o Brasil é um país com uma diversidade cultural alimentar. Dentro de um mesmo estado, existem comidas típicas regionais que são tradicionais para certas populações e são desconhecidas por outras, como por exemplo, as frutas advindas do extrativismo do Cerrado em algumas regiões de Minas Gerais. Apesar da política social de alimentação escolar não ter como intuito eliminar a desnutrição infantil, ela se torna importante pelo fato de possibilitar o acesso aos alimentos necessários para o adequado crescimento e aprendizagem dos estudantes”.

A relevância do PNAE para a educação está relacionada ao desenvolvimento da criança, pois um aluno bem alimentado mostra disposição, desenvolvimento em suas habilidades, tanto na escola como na sociedade. “Por exemplo, as crianças têm hábitos mais saudáveis, praticam exercícios físicos, brincam com seus amigos, os ajudam no seu aprendizado, assim, o principal foco é a alimentação de qualidade e suas contribuições para a criança (RIBEIRO; SILVA, 2013, p. 77)”.

A formação da preferência alimentar na criança faz parte do processo de aprendizagem, em que ela tende a imitar o que os outros fazem, seja pessoas da família ou outras figuras de referências, incluindo os professores, diretores e outras pessoas de sua convivência (JOMORI; PROENÇA; CALVO, 2008). “O papel do professor se torna muito importante na questão da

aprendizagem nutricional, pois seus conhecimentos, atitudes e práticas influem decisivamente sobre os alunos (ALBUQUERQUE; MENEZES, 2010, p.2)”. Silva (2016, p.10) destacam que quando o professor:

incentiva seus alunos à uma educação alimentar através de práticas pedagógicas dentro do espaço escolar, o educador tende a criar uma atmosfera de movimentação dos alunos a participar ativamente no processo de ensino-aprendizagem, em manipular e conhecer as propriedades desses alimentos, envolvendo-os em todo o processo de transformação, contribuindo para que ultrapassem as dificuldades e bloqueios, comuns nessa fase da vida. Por meio da educação alimentar, queremos desencadear uma rotina escolar baseado no consumo consciente de alimentos saudáveis no seu espaço. E com isso, passe a ser mais uma atividade pedagógica, um momento de construção e conhecimento.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar oferta uma alimentação saudável e de qualidade, além de contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis. “O programa oferece ações de educação alimentar e nutricional e refeições que contemplam as necessidades nutricionais dos estudantes durante o período em que os alunos permanecem na escola (BRASIL, 2014, p.10)”.

Os alunos levam os conhecimentos adquiridos por meio do incentivo da alimentação de qualidade na escola para casa, atingindo um número maior de pessoas que passam a se alimentar de maneira mais saudável. Segundo Migon (2012, p.22), “a fase em que os estudantes mais dependem de uma alimentação saudável é no momento do estudo, onde estão em seu pleno desenvolvimento”.

Em uma pesquisa feita em 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, o Conselho Regional de Nutricionistas aplicou trezentos e um relatórios de visita para observar se as escolas que aderiram ao PNAE cumpriram as normas. O CRN 4ª Região (2013) chegou à conclusão de que os cardápios executados não correspondiam aos planejados por Nutricionistas da Secretaria de Educação, inclusive, com a oferta de alimentos proibidos e ou restritos. Além disso, foi observado neste mesmo estudo que a oferta de frutas e hortaliças era limitada, tornando-se, assim, uma alimentação monótona. Deste modo, é fundamental a participação da comunidade escolar como Conselho para fiscalizar e propor melhorias para os lugares que ainda precisam de ajustes na execução do programa.

“A participação dos pais na rotina escolar dos seus filhos faz toda a diferença. Na cidade de Criciúma – SC, a adoção do PNAE dentro da escola impactou, inclusive, os pais das crianças, melhorando os hábitos alimentares das famílias (PAIS, 2010, p.40)”. Os autores ainda ressaltaram que os alunos têm a Alimentação Escolar como uma segurança para a sua nutrição e, por consequência, de sua saúde, visto que nem sempre existe ou existia uma alimentação de qualidade fora dos limites da escola.

Diante desses estudos, observa-se que para o sucesso do programa não basta apenas que o recurso financeiro esteja disponível. Nessas cidades que estão conseguindo executar o programa, existe o envolvimento dos agricultores familiares, nutricionistas, gestores, cantineiras e professores. Para que esse envolvimento seja efetivo, é importante conhecer o funcionamento do programa em todas as cidades, com o objetivo de detectar os problemas, e tentar melhorar os pontos falhos com as experiências positivas. Domene (2008, p. 514) “frisa que a escola é o ambiente ideal para a promoção da educação. Contudo, a análise do cenário atual mostra que promover educação alimentar e nutricional exige o comprometimento, principalmente, dos educadores envolvidos”. Certamente, em Minas Gerais, existe esse tipo de deficiência na execução do Programa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi motivo de pesquisa na cidade de Viçosa, em Minas Gerais, na qual os autores:

realizaram entrevistas com agricultores familiares locais, que falam sobre a importância do PNAE para a agricultura “o produtor produzia e não tinha a quem vender”. “O PNAE quando chegou foi à garantia de receber, e se a gente sabe que vai receber, a gente pode plantar pra vender mais”. O canal de comercialização foi o desdobramento da institucionalização do mercado institucional e fez circular mais recurso no meio rural Viçosense (CIRO; FREITAS, 2013, p.7).

Portanto, o PNAE tornou-se um incentivo para a região de Viçosa, fortalecendo ainda mais a agricultura familiar. Barbosa (2017, p. 45) desenvolveu um trabalho muito interessante, no qual destaca o processo de empoderamento das mulheres rurais viçosenses que aderiram ao PNAE:

o presente estudo possibilitou analisar se a participação das agricultoras familiares no PNAE promoveu seu empoderamento. As agricultoras familiares eram casadas, com idade média de 45 anos, grau de instrução até, no máximo, o ensino médio. As mulheres estudadas, embora tenham controle sobre determinados domínios de sua vida, este ainda está mais restrito ao lar e àquelas atividades consideradas de sua competência. Desse modo, não se pode dizer que sejam totalmente empoderadas e autônomas. As mulheres não conseguem, ainda, fazer escolhas estratégicas em suas vidas. Por essas razões, considera-se que elas vivenciam um processo de empoderamento, o qual não está totalmente concluído. Há de se ressaltar a importância de se investir em políticas públicas com recorte de gênero, a fim de permitir avanços no processo de empoderamento. Este é um processo lento e gradual, que requer mudanças nas atitudes, pensamentos e ações das mulheres e da sociedade.

Nas cidades de Jampruca e Mathias Lobato, ambas em Minas Gerais, os efeitos da inserção de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar foram além da merenda, passando pela sala de aula e chegando às casas dos alunos:

os professores utilizam esses alimentos como forma de trabalhar o conteúdo a ser discutido em sala. A nutricionista local, em ambos os municípios, executa um projeto com as crianças onde é incluída a utilização desses alimentos. Em casa, essa alimentação mais saudável e adquirida dos próprios municípios (muitos até parentes dos alunos), é comentada, auxiliando na promoção da alimentação saudável.

Podemos dizer então que a promoção da educação alimentar e nutricional consegue ir além do ambiente escolar (SA et al., 2017, p.9).

No município de Sete Lagoas-MG, os pesquisadores Silva e Diniz (2014, p.11) “observaram os cardápios do PNAE em escolas de Tempo Integral e foi avaliado o valor proteico de 65%, considerado abaixo do recomendado”. O valor médio proteico encontrado foi de 90,2 % de gramas por refeição, menos que o valor estipulado pelo PNAE:

os autores salientaram a importância da participação dos professores na educação alimentar dos alunos a fim de reconhecer e identificar suas preferências alimentares, tornando prazerosa a conquista da autonomia, estimulando-as para que desde cedo aprendam e tenham consciência dos benefícios de uma boa alimentação (SILVA; DINIZ 2014, p.9).

Outra experiência do PNAE, na cidade de Paraopeba-MG, mostrou a importância da participação dos professores no momento da alimentação escolar. Os resultados do estudo conduzido por Santos e Diniz (2014, p.14) “mostraram que a educação alimentar, onde se utiliza de métodos como teste de aceitabilidade e atividades lúdicas com os alimentos, agregam conhecimento, amplia o aprendizado e estimula a busca por uma alimentação saudável”.

2.1 Importâncias de Pesquisar o PNAE no contexto da Educação.

A atuação do professor frente às vantagens proporcionadas pelo PNAE contribui não só para o desenvolvimento do aluno, mas para o bem estar de todas as pessoas envolvidas. Freire (1998, p. 49) define o papel do professor:

não é falando ao outro de cima para baixo, como se fossemos portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição, de transformar o seu discurso, às vezes necessário, em uma fala com ele.

O professor deve atuar como mediador, acompanhando as ações dos alunos nas horas das refeições, explicando a forma correta de mastigar os alimentos, apresentar novos alimentos e sabores de forma lúdica, com contação de histórias, jogos, teatro e música relacionada à educação alimentar e a importância dos alimentos para a saúde. Assim, o professor deve sempre buscar proporcionar ao aluno uma interdisciplinaridade dos conteúdos obrigatórios no currículo com uma abordagem referente à temática prevista na lei 11.947, de 16 de Junho de 2009, que dispõem no seu Artigo 2º e 15º:

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; Compete ao ministério da educação propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

Um aspecto relevante sobre a importância de se estudar o PNAE na educação é a geração de conhecimento dos impactos que ele causa nas escolas. Pereira (2017) realizou um estudo sobre a influência do PNAE no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – e, nessa pesquisa, ficou claro que o PNAE contribui para o aumento do IDEB nas escolas públicas no Brasil:

é importante salientar que o IDEB é um condutor de política pública em prol da qualidade da educação. O resultado sobre a aprovação escolar, obtidos através do censo escolar e das médias de desempenho nas avaliações do INEP. Das capitais que formam estudadas do ano de 2015 a 2017:

Região Norte: Rio Branco- AC, Belém-PA, Porto Velho-RO, Boa Vista-RR, Palmas-TO. Região Nordeste: Maceió-AL, Salvador-BA, Fortaleza-CE, São Luís-MA, João Pessoa-PB, Recife-PE, Teresina-PI, Natal-RN, Aracajú-SE. Região Sul: Curitiba-PR, Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC. Região Sudeste: Vitória - ES, Belo Horizonte - MG, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP. Região Centro-Oeste: Goiânia - GO, Campo - MS, Grande - MS, Cuiabá – MT. Levando em consideração as notas do IDEB, para a maioria das capitais existe uma relação entre aumento no valor dos repasses com o alcance da meta estabelecida pelo IDEB (PEREIRA, 2017, p. 25-26-27-28-46).

Segundo Freitas (2002, p.15), “a alimentação influencia na disposição, no estado emocional e até mesmo na inteligência das pessoas”. Portanto, a falta de uma alimentação escolar saudável prejudica o interesse dos educandos em frequentar a escola e, com isso, apresentam irritabilidade, estresse, baixo rendimento e apatia. O PNAE contribui também para a redução da evasão escolar, como descrito por Sousa et al.(2012,p.1), que relatam que a oferta da merenda escolar é de grande importância para um bom rendimento escolar do aluno visto que a falta deste serviço tem sido apontada como causador da evasão escolar e desmotivador para o estudo.

O programa tem um importante papel social para a educação alimentar (CAMOSSA et al., 2005) como um processo no qual o conhecimentos e as experiências do educador e do educando proporcionam autonomia, segurança na escolha de alimentos saudáveis, propiciando, então, o atendimento de suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais. Contribuindo com a autonomia dos indivíduos. Segundo Barbosa et al. (2013, p.941):

pensar sobre os conceitos de direito e de autonomia pode representar uma estratégia para evitar o mecanicismo que é capaz de tornar as ações em torno da alimentação escolar mais consciente e instrumentalizadoras e ainda modificar as práticas sociais estabelecidas, possibilitando que os estudantes passem da condição de meros reprodutores desumanizados a sujeitos autônomos, atuantes diante de sua realidade.

Arelado ao PNAE, o professor proporciona aos alunos, através da educação alimentar, hábitos adequados de higiene, também imprescindíveis ao desenvolvimento humano, e a preservação e manutenção da saúde (BITTENCOURT et al., 2012 p.1). Em um estudo feito por Silva (2017, p.92) a mesma concluiu que há necessidade de pensar a formação e a realidade dos professores da rede de ensino municipal de Diamantina-MG,

a fim de que estes profissionais possam ter maior autonomia de ação e possam desenvolver estratégias criativas. Além disso, é preciso apontar a necessidade de que as escolas promovam o planejamento colaborativo, com a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no Projeto Político Pedagógico.

Por fim, a educação alimentar pode ser definida como uma variedade de experiências planejadas, a fim de facilitar a adoção voluntária de hábitos alimentares ou de qualquer comportamento relacionado à alimentação, que conduz à saúde e ao bem estar (CARMO; CASTRO, 2013, p.68).

Considerações Finais

Ainda existem poucos estudos relacionados à aplicabilidade do PNAE no contexto educacional, voltado especificamente para o desenvolvimento do aluno dentro da sala de aula no Brasil, quando a procura chegou ao Vale do Jequitinhonha até Diamantina ficou nítida a necessidade de mais pesquisas nessa área para entender um pouco melhor de como de fato está funcionando o PNAE no contexto educacional. O PNAE é um programa muito amplo e pode ser explorado em diversas áreas, é fundamental levar esses estudos para o conhecimento populacional para que os mesmos possam lutar e denunciar quando algo não estiver caminhando da forma correta.

Diante de tantos estudos com relatos positivos da relevância do PNAE para a Educação, torna-se indispensável o envolvimento de toda a comunidade escolar para o bom funcionamento do programa para todos desfrutarem dos seus benefícios. Por isso é fundamental estudos como esse para fazer o levantamento e levar ao conhecimento da população.

Referências

ALVES JUNIOR, Tadeu de Almeida. **Agricultura familiar e alimentação escolar: o PNAE no sertão** c BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. Entre saias justas e jogos de cintura. Florianópolis: **Editora Mulher**; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

ALBUQUERQUE, Débora Lima Barbosa de; MENEZES, Cristiane Souza de. **Educação Alimentar na Escola: em busca de uma vida saudável**. Pernambuco: UFPE, 2010. Disponível em: < goo.gl/rIeS2o>. Acesso em: 13 de junho de 2017.

BARBOSA, Najla Veloso Sampaio Barbosa; MACHADO, Neila Maria Viçosa; SOARES, Maria Cláudia Veiga; PINTO; Anelise Regina Royer. Alimentação na Escola e Autonomia – Desafios e Possibilidades. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, Vol.18, n.4, p.937 – 945. 2013.

BARBOSA, Thaís Lopes. **O Processo de Empoderamento da Mulher Rural e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): O Caso de Viçosa-MG**. Viçosa-MG, 2017. X, 68 f.: il. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG. 2017.

BITTENCOURT, Liliane de Jesus; MELO, Heline Maica Coelho de; JESUS, Laís Lima de; DAMASCENO, Patrícia Araújo. **Educação Alimentar e Nutricional na Promoção de Hábitos Saudáveis de Pré-Escolares em uma Creche- Escola de um Município do Recôncavo Baiano**. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/ZKBN7v>>. Acesso em: 24. jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de Julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 188, n. 121, 17. Jul. 2009.

_____. Ministério da Educação - MEC. Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Brasília-DF**, 2014. Disponível em < <https://goo.gl/TdZ6oY>>. Acesso: 20/01/2017.

CARMO, Mônica Cristina Lopes; CASTRO, Luiza Carla Vidigal. **Educação Nutricional Para Pré-Escolares: Uma Ferramenta De Intervenção. Em Extensão** (UFU. Impresso), v. 12, p. 64-74, 2013.

CAMOSSA, Ana Cristina do Amaral; COSTA, Fátima Neves do Amaral; OLIVEIRA, Paula Fernanda de; FIGUEIREDO, Tania Poggi de. **Educação nutricional: uma área em desenvolvimento**. Alimentos e Nutrição (UNESP), v. 16, p. 349-354, 2005.

CARVALHO Daniele Gomes; CASTRO, Vanessa Maria de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE Como Política Pública de Desenvolvimento Sustentável**. Políticas públicas e instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável. Brasília, 2009.

CIRO, Paulo Marcos dos Reis; FREITAS, Alan Ferreira. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como indutor de Processos de Desenvolvimento Local em Viçosa**. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2013, Belém - PA. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2013.

CRN - CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS. **Relatório Sobre a Qualidade da Alimentação Oferecida por Unidades Escolares Estaduais no Estado do Rio de Janeiro**. Conselho Regional de Nutricionistas, 4ª Região, fev. 2013.

DOMENE, Semíramis Martins Álvares. **A escola como ambiente de promoção da Saúde e Educação Nutricional**. Psicologia USP (Impresso), v. 19, p. 505, 2008.

FREITAS, Paulo G. **Saúde um Estilo de Vida**. Baseado no Equilíbrio de Quatro Pilares. São Paulo: IBRASA, 2002.

FERRÃO, Romário Gava; FERRÃO, Liliâm Maria Ventorim/ **Metodologia Científica para Iniciantes em Pesquisa**. 4. ed. revisada e atualizada. – Vitória, ES: Incaper, 254p. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. -4. ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta (Org.); Marques, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. 1. Rio de Janeiro: **Editora Fiocruz**, 2007.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n. 55, novembro. p. 30-41. 2001.

JOMORI, Manuela Mika; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa; CALVO, Maria Cristina Marino. Determinantes de escolha alimentar. **Revista de Nutrição**, v. 21, n. 1, p. 63-73, 2008.

MIGON, Naiara. **O Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Sertão - RS**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/zyuoBC> >. Acesso em: 15 de jan. 2017.

PAIS, Aline Alves de Souza Figueiredo. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: mudanças ocorridas nas últimas décadas na percepção de pais de escolares do ensino público municipal de Criciúma, SC**. Universidade Do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, 2010.

PEREIRA, Isac Santos. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Sua Influência nos Indicadores de Melhoria da Educação Básica**. - Natal, 2017. 50f.: il. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. **O Estado Brasileiro e a Política Educacional dos Anos 90**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul-MT, 1990. Disponível em: < <https://goo.gl/DBRQXR> >. Acesso em: 19 de Nov. 2017.

_____. Políticas Públicas e Gestão da Educação em Tempos de Redefinição do Papel do Estado/**Políticas Públicas e Gestão Educacional – Mesa Temática**, Itajai-Sc, 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/Md9qN3> >. Acesso em: 19 de Nov. 2017.

RIBEIRO, Gisele Naiara Matos; SILVA, João Batista Lopes da. A alimentação no processo de aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.4, n.2, p. 77 - 85, ago. -dez. 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. -2. Ed. reimp. Florianópolis-SC: Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012.

SA, Sara SILVA; ALVES JÚNIOR, Almiro; FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de. A Interface Entre Alimentação Escolar e Agricultura Familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais (Brasil). **Revista Espacios**. Vol. 38 (Nº 46) Ano 2017.

SANTOS, Adriana Ramos dos; DINIZ, Jordânia Castanheira. **A influência da educação nutricional em crianças escolares na aceitabilidade de novas preparações na alimentação escolar em Paraopeba - M.G.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Faculdades Ciências da Vida. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SILVA, Cristiano de Assis; RIBEIRO, Glória Teresa Duarte Bernardes. Alimentação escolar e o processo de ensino aprendizagem. **REIEDUC – Revista Eletrônica de Educação**, Edição Nº 3 - Julho de 2016.

SILVA, Marcos Vinicius da; DINIZ, Jordânia Castanheira. **Análise Nutricional da Alimentação Escolar dos Alunos do Projeto Tempo Integral em Uma Escola de Educação Básica de Sete Lagoas- MG.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Faculdades Ciências da Vida. 2014.

SILVA, Daniela Luiz; SILVA, Soraia Luiz. **Contrastes entre as Políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural dos Municípios do Médio Jequitinhonha.** 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/bHksAz> >. Acesso em: 16 de ago. 2017.

SILVA, Ana Carolina Souza. **As significações atribuídas à educação alimentar e nutricional por professores do ensino fundamental das escolas municipais de Diamantina – MG.** – Diamantina. (Dissertação), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2017.

SOUSA, Romulo José; SILVA, Anuska Batista da; JUSTINO, Flávia Jaiane Mendes; PAIVA, Giuseppe Roncalli de Meneses; ANDRADE, Mayara Thais Marques. Alimentação, Saúde e Educação: **Importância de Bons Hábitos Alimentares a Partir da Aceitação da Merenda Escolar.** In: XVI INIC, XII EPG E VI INIC JR. UNIVAP, 2012, São Paulo. XVI INIC, XII EPG E VI INIC JR. UNIVAP, 2012.

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação de Políticas Públicas: Fundamentos para o Estudo da Política de Cotas da UEPG.** In: Seminário de Pesquisa do PPE. Maringá, Pr. Anais do Seminário de Pesquisa do PPE. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Ceslo. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade/ **Revista Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas.** © AATR-BA. 2002.